

Vítor Oliveira Jorge *

A arqueologia portuguesa na Primavera de 1997: razões de esperança e razões de pessimismo **

*À memória do meu compadre, amigo,
colega e antigo aluno Henrique David*

Vivemos, hoje, num mundo de contradições, de todos bem conhecidas. As sociedades modernas têm mostrado dificuldades em articularem duas tendências contraditórias que as percorrem: a tendência para a individuação, para a emergência do individual e do particular, a todos os níveis, e, por outro lado, a tendência para a globalização (esta última, aliás, refluindo sobre a primeira). Todos notamos a contradição, por exemplo, entre a acentuação do individualismo e a urgência de uma ética de solidariedade. A contradição, também, entre a homogeneização do mundo e a irrupção das reivindicações particularistas e das identidades locais. A contradição entre a necessidade de generalizar o conforto básico, e os alertas patrimonialistas, segundo os quais o ambiente e a memória são bens de que se não pode prescindir. A contradição suprema, enfim, entre um mundo dominado por multinacionais, transformado num grande mercado desumanizado (e portanto gerador de exclusões e, por reacção, de todos os tipos de extremismos) e a tentativa, por parte de muitos seres humanos, de apesar de tudo sobreviverem e atingirem um equilíbrio entre o que lhes foi transmitido e aquilo a que têm rapidamente de se adaptar, isto é, de continuarem a desenvolver as suas culturas específicas, condição não só de felicidade, mas de sustentação da própria vida nos seus aspectos mais básicos.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Intervenção final do «1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico», Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, 30 de Abril de 1997. Aos interessados nas comunicações apresentadas a este Colóquio, recomendamos a leitura da obra com o mesmo título, nº 1 da série «Arkeos», publicada pelo CEIPHAR, daquele Instituto.

Na arqueologia portuguesa, em muitos aspectos com décadas de atraso em relação a outros países europeus, reflectem-se também essas contradições mais gerais da contemporaneidade e da nossa sociedade, com aspectos que naturalmente se devem à sua trajectória peculiar. Portugal é, como todos sabemos, um autêntico mosaico de características «pré-modernas» (em arqueologia, indiferença de uma grande parte da população em relação aos «valores» arqueológicos), «modernas» (vontade de racionalização de serviços e procedimentos, por parte de uma elite relativamente pequena – seria a tal «gestão plural e integrada do património arqueológico» cujas grandes linhas debatemos neste Colóquio), e «pós-modernas» (todos os valores são contingentes, incluindo os arqueológicos; a realidade é produto de uma negociação constante, importando é montar cenários, que se arriscam a estar demasiado dependentes dos actores do momento).

Apesar de ser aconselhável, neste instante, muita prudência, apontarei esquematicamente quatro razões para termos alguma esperança no futuro deste domínio.

A primeira, é que a comunidade portuguesa se encontra cada vez mais interessada na Arqueologia, e esse interesse nota-se, não só nos jovens, como tantas vezes se diz, como também nos adultos. Basta atentar no que foi dito aqui: o principal público dos museus de arqueologia não é, como às vezes se pensa, o escolar, mas o de visitas de adultos organizadas em grupo. O impacto social da arqueologia está, também em Portugal, a aumentar.

Por outro lado, há, neste campo, um efectivo fenómeno de transmissão geracional; um sinal de que a nossa geração já conseguiu «passar o testemunho» à seguinte. Como se pode verificar também nesta sala, os jovens acercam-se dos colóquios de arqueologia, esta é praticada nas mais diferentes instâncias, e há razões para pensar que se ampliará, no futuro, o número de profissionais, não só ligados ao Estado ou a câmaras municipais, mas também constituindo empresas.

Ainda, os arqueólogos têm-se organizado sectorialmente em associações representativas – académicas, científicas, profissionais, juvenis – e estão a ponto de atingir, apesar das suas diferenças, consensos alargados sobre a sua ciência, a sua actividade, em suma, sobre a sua profissão, qualquer que seja o local e o modo em que a pratiquem. Apesar da desorganização do Estado e do papel nem sempre muito positivo de certos *media* – interessados às vezes em passar a mensagem de que os arqueólogos são um pequeno grupo em permanentes «guerras» intestinas –, a «sociedade civil» está actuante e viva.

A arqueologia tem hoje impacto político: os poderes instalados têm-lhe, efectivamente, «respeito» (sinal disso é precisamente a tentativa de, por vezes, a ridicularizar ou dividir nos jornais, acentuando ou caricaturizando diferenças que são normais em qualquer classe profissional). A conjugação dos factores anteriormente referidos – impacto social, sustentação nos mais jovens, ampliação dos profissio-

nais, reforço da organização associativa – mostra que os arqueólogos podem fazer o poder político inflectir uma decisão, desde que se encontrem organizados: a opção cultural de Foz Côa está aí para o mostrar. Neste caso, será aliás um dia muito interessante estudar como o inteligente processo de apropriação pelo poder do Estado do prestígio, nacional e internacional, adquirido pelos arqueólogos neste caso do Côa, foi coetâneo de todo um esquema tendente a dar deles, publicamente, uma imagem de divisão, a que já acima me referi. É claro que não podemos ver este processo segundo uma visão maniqueísta. Trata-se de um «puzzle» muito complexo, mas onde os principais intervenientes (muitos deles não arqueólogos, lembre-se) tendem progressivamente a ser «engolidos» pela lógica de um sistema que abriu fractura, e que se recomporá afastando-os sucessivamente de cena. Com tal esquema, afinal clássico, colaboram prontamente os *media*, na sua conhecidamente perversa fulanização dos assuntos em torno de certos personagens, que são «heroicizados» agora, para serem «martirizados» depois.

Enfim, como qualquer actividade «adulta», a arqueologia ganhou também uma faceta política. E não adianta refugiarmo-nos, também aqui, na velha frase, «eu sou um técnico, não sou político», porque já sabemos que ela significa sempre, e apenas, uma atitude política de compromisso com a situação em cada momento reinante. Os «técnicos», quando se sentem escorados e abrem um pouco o seu jogo, fazem logo declarações que têm um evidente conteúdo, ou sentido, político.

Simetricamente, referirei a seguir algumas razões para estarmos, neste momento, e do meu ponto de vista, pessimistas.

Nota-se uma enorme resistência das instituições (quer académicas, quer de administração da arqueologia, envolvendo, em geral, todos os mecanismos responsáveis pela gestão dos valores arqueológicos em sentido amplo), em se auto-reformarem e se modernizarem. Há uma ignorância evidente de muitos decisores em relação a este domínio do saber e de actividade. Para muitos, é um domínio incómodo, frustrado, reivindicativo, mas também confuso e, quando necessário, servil. É uma forma de cultura minoritária, que ainda se não disseminou, e que se agita na proporção da sua impotência.

Correlativamente, o poder político hesita na criação de estruturas apropriadas à administração conveniente dos valores patrimoniais arqueológicos. Espectacularização, propaganda, realidade virtual, serão fáceis de ocorrer; mas alocação de meios importantes, transferência de competências, descentralização de acções, verdadeira independentização da arqueologia como parceira do desenvolvimento, serão realidades para um futuro que ainda se não avizinha, e pelo qual teremos de continuar a lutar. Ao mesmo tempo, nota-se ainda algum desconforto da parte de colegas em assumir uma realidade nova, em que planeamento, sistema de parcerias, trabalho em equipa, sentido de serviço público, se substituirão

ao velho protagonismo de personalidades individuais. Um serviço nacional de arqueologia não pode funcionar à base de individualidades que querem ficar na história como autores de grandes livros.

Por fim, faltam-nos instrumentos legais, administrativos e financeiros que tornem o sistema arqueológico mais eficaz e útil: uma lei do património arqueológico português, tanto terrestre como subaquático; formas de assegurar a transversalidade da actuação dos organismos do Estado (Educação, Ciência, Cultura, Ambiente, Ordenamento do Território, Turismo, Juventude...); formas de implementar uma verdadeira regionalização de serviços, implicando profundamente o tecido autárquico e estimulando as entidades locais, as associações, os «amadores»; financiamento condigno, capaz de permitir, por um lado, uma continuidade da actuação sobre todo o território (sobretudo ao nível da prevenção e das emergências) e, por outro, de constituir certos sítios, monumentos, ou paisagens, em exemplos demonstrativos de como os bens arqueológicos podem ser uma fonte de conhecimento e de bem-estar.

Nós, os arqueólogos séniores, que introduzimos na Universidade uma Arqueologia digna desse nome, temos agora a responsabilidade de pressionar a administração e de sensibilizar os nossos concidadãos para que haja, neste domínio, um horizonte de futuro; para que os numerosos jovens que de nós se acercam, buscando saber e experiência, se não percam nas suas vocações, mas antes partam destas reuniões com uma nova motivação para dedicarem as suas vidas à Arqueologia.